



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

6ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa

10ª Sessão Ordinária

ATA Nº 012/2014 – SESSAO ORDINARIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze às dezenove horas, na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Milton Rodrigues da Silva, o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Milton Rodrigues da Silva, Daizi Camello, João Laerte Bovino, Irineu Ferreira Camilo, Anderson de Oliveira, Nelço Bortoluzzi, Laertes Carador Moreira, Jucimar Périco e Oséias de Oliveira. O Sr. Presidente verificando quorum legal, deu inicio aos trabalhos da hora do expediente convidando à secretária ad-hoc Luana Cristina Moretti para que proceda a leitura da ata anterior para sua devida apreciação. A seguir o Sr. Presidente passa para os trabalhos da hora do expediente. Deram entrada as seguintes matérias: Ofícios nº Ref.: 000128/MS/SE/FNS, 001066/MS/SE/FNS e 003102/MS/SE/FNS subscrito pelo Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde informando liberações de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, conforme segue: Pagamento de Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ (RAB-PMAQ-SM) competência 01/2014, no valor de R\$ 11.700,00; Pagamento de Programa de Assistência Farmacêutica Básica, competência 02/2014, no valor de R\$ 6.426,43; Pagamento de PAB Fixo, competência 04/2014, no valor de R\$ 30.625,00. Comunica-se o plenário, arquiva-se. Comunicado nº CM017350/2014 subscrito pelo Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação informando a liberação de recurso financeiro destinado a garantir a execução do programa Quota do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 35.281,58. Comunica-se o plenário, arquiva-se. CT/Oi/GCOU/18214/2014 Executivo de Relações Institucionais da Telefonia Oi, Sra. Kátia Garbin informa que até o final do ano em curso, a Oi executará as metas de universalização para telefonia fixa. Comunica-se o plenário, arquiva-se. Parecer nº 013/2014

subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 002/2014. Aceito pela entrada, anexa-se ao referido projeto de lei. Nada mais havendo na matéria de expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Nada havendo em discussão única e votação, passa-se para matéria de primeira discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 002/2014 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que altera dispositivos das Leis Municipais nº 850/2009, 563/2006 e 564/2006 e dá outras providências. O Vereador Irineu F. Camilo fundamentou o processo do projeto e esclareceu a forma proveniente do recurso. Disse que em conversa informal com o secretário de administração o mesmo prontificou-se em ceder uma planilha contendo informações referentes o recurso corresponde do Governo Federal, quanto é gasto com os Agentes Comunitário de Saúde e quanto o município entraria com valor do recurso livre para que houve-se o aumento em destaque. Frisou dizendo que, conforme planilha apresentada o recurso proveniente do Governo Federal cobre todas as despesas dos ACS. Esclareceu detalhando que até o presente momento os ACS não recebiam valores que correspondiam a recursos livres do executivo municipal, sendo confirmado pelo secretário de finanças e creditado como necessário para compor esse aumento. O Vereador falou que o valor apresentado é baixo pela importância dos trabalhos dos ACS, mas acredita que poderá melhorar, destacou que o projeto em discussão teve sua primeira passagem pela Casa de Leis e não como era informado pelo ex-secretário de saúde, o qual transferiu sua responsabilidade e a do executivo para todos os Vereadores. O Vereador Oséias de Oliveira sugeriu ao Sr. Presidente para que fosse realizada uma sessão extraordinária para que o projeto sendo aprovado o mesmo tive-se êxito já este mês, tendo em vista o anseio dos ACS em receber este aumento. O Sr. Presidente concordou com as explicações do Vereador Irineu F. Camilo, onde destacou que em nenhum momento houve entrave por parte dos Vereadores, pois o projeto foi protocolado na semana anterior e já na semana seguinte está sendo votado. Lamentou a dificuldade que a classe política está enfrentando diante de tantos acontecimentos que enfraquecem e abalam a credibilidade que muitos contraíram com honestidade e trabalho sério. Justificou a importância de analisar os projetos com cautela e minuciosidade, pois a quantidade de programas do Governo Federal e o desejo de pessoas em trabalhar em órgãos públicos atrai interesses políticos que muitas vezes atrapalham o desenvolvimento. Atribuiu esta situação em Rio Bonito do Iguaçu, onde citou o envio do projeto de lei com abertura de vagas em várias áreas que não há espaço, pois o quadro de funcionários está desordenado além de grande quantidade de funcionários que estão de licença, com isso colocaria em risco o fator financeiro do município. Classificou importante o aumento de salário dos ACS, mas concursar mais pessoas não seria muito responsável de um gestor em momento de crise. O Sr. Presidente resumiu que é dever dos gestores, cuidar e corresponder com as necessidades da população, para isso deve ter a responsabilidade de ordenar as prioridades pois o povo está cada vez mais carente do apoio público que através de medidas sábias as coisas podem acontecer. O Vereador Nelço Bortoluzzi destacou a importância da ação que o legislativo teve na decisão e avaliação do projeto, pois sem este entendimento não haveria um direcionamento e com um diálogo transparente entre Executivo e o Legislativo as coisas boas podem acontecer em Rio Bonito do Iguaçu. Após orientação do jurídico da Casa Dr. Saviano Cericato e havendo à aprovação por unanimidade dos Nobres Pares o Sr. Presidente convocou todos os Vereadores para a sessão extraordinária para o dia vinte e três de abril as dezenove horas, respeitando o prazo de vinte e quatro horas para concluir e aprovar o projeto de lei em discussão. Nada mais havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 008/2014 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que Autoriza

Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2014 e dá outras providências. Aprovado por unanimidade, faça-se a lei. Nada mais havendo na matéria de segunda discussão e votação, passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Nada havendo em terceira discussão e votação, passa-se para a palavra livre. O Sr. Presidente aproveitou para escolher dois Vereadores representantes da Câmara para compor o Conselho Municipal de Educação. Como titular ficou Vereador Anderson de Oliveira e como suplente o Vereador Irineu F. Camilo. Após a escolha o Vereador Laertes C. Moreira deu início a palavra livre agradecendo a presença de todos, onde destacou as turbulências e escândalos que os Governo Federal, Estadual e Municipal estão passando por diversas acusações. O Vereador disse que sempre foi correligionário das idéias do atual Governo Federal mas diante de todos os acontecimentos, considerou o momento de mudança, avaliou que existe pessoas com idéias boas e que o momento é oportuno em dar este credito. Destacou o projeto de lei referente a abertura de vagas, disse que é contrario pois a capacidade de recurso do município não corresponde ao aumento de mais funcionários, lembrou da vontade do povo em ser atendido e por muitas vezes a falta de gestão coloca em risco esse procedimento. O Vereador Irineu F. Camilo agradeceu a presença do publico e destacou o momento de dificuldade que todos os órgãos públicos estão enfrentando, disse que cada poder tem sua corrente e se uma desprender-se o elo enfraquece e nada pode ser feito. Apesar de tamanhos obstáculos, o gestor deve procurar saídas que venham de encontro aos interesses da população e não somente disseminar problemas e não achar à solução. Também posicionou-se contrario ao projeto de criação de vagas pois considerou que o quadro de funcionários está irregular, sendo assim é dever do executivo regularizar a situação para não comprometer ainda mais a situação financeira do município, mirando seus trabalhos em atendimento para a população. O Vereador João L. Bovino indagou o pouco caso que foi dado, quando sua pessoa procurou solução junto ao secretário a um atendimento de recuperação de manilhamento em uma empresa no centro da cidade, onde a própria maquina da prefeitura foi a causadora do rompimento dos mesmos. Esclareceu que o trabalho do Vereador é fiscalizar, mas também ajudar a manter as coisas em ordem, diante disso os pedidos de informação ou solicitação devem ser feitos e com desagrado, estes não são bem recebidos pelos gestores que são cobrados, pois consideram que um bom dialogo seria o suficiente. Para o Vereador o dialogo não foi suficiente por isso pretende fazer uma solicitação para surtir efeito ou não nesse atendimento. O Nobre Par enfatizou os gastos em diárias do poder executivo, relatou que foram muitas viagens sem surtir efeito em recursos, diante da situação também considerou enviar um pedido de informação para que o gestor possa explicar as razões de tantos gastos. O Vereador Oséias de Oliveira agradeceu o publico e justificou que muitas viagens do executivo foi par sanar pendências assumidas no inicio de seu mandato, dando como exemplo as negativas, disse que problemas existiam e por isso que houve tantas viagens. O Vereador falou também dos problemas citados nas empresas, destacou que muita coisa há de ser feita mas que alguns problemas são de promessas feitas por gestores passados e que o atual prefeito deverá cumprir. O Vereador Daizi Camello agradeceu o publico e destacou o desvio de função de servidores no quadro de serviços gerais onde muitos estão exercendo função de motorista, para sanar as necessidades objetivou a volta desses servidores em seus respectivos concursos, com isso extinguindo muitas vagas na abertura de novo concurso publico. O Sr. Presidente parabenizou a posição de cada Vereador e esclareceu o porque que concurso ainda não foi aprovado. Disse que as vagas criadas pelo executivo não corresponde com a necessidade da administração, pois muitas delas existe funcionários mas que estão fora da sua função ou preenchendo lugar dos servidores que estão de licença. Frisou que fará o possível para haver entendimento do executivo e legislativo, para que as vagas necessárias sejam

aprovadas dentro da lei para que o município não sofra com a perda de recurso. Como ninguém quis fazer uso da palavra, o Sr. presidente declarou encerrada a presente sessão, convocando todos os vereadores para a sessão ordinária para o dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e quatorze, na sede da Câmara Municipal às dezenove horas. Esta ata foi lavrada por mim, Norberto Carlos Algeri, secretário ad-hoc, que assino com os demais presentes.